

# E-BOOK Interativo

Verbena Vieira Ribeiro de Sousa  
Ana Maria Leite Lobato

## CICLOS DE ESTUDOS NA EPT:

na perspectiva de  
Práticas Pedagógicas  
Inclusivas



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

S725c Sousa, Verbena Vieira Ribeiro de.

Ciclos de estudos na EPT na perspectiva de práticas pedagógicas inclusivas / Verbena Vieira Ribeiro de Sousa, Ana Maria Leite Lobato. – Belém, 2024.

71 p.

Formato digital: E-book (PDF).

Produto Educacional (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2024.

1. Ciclos de estudo. 2. Políticas de inclusão. 3. Acessibilidade pedagógica. 4. Práticas pedagógicas inclusivas. I. Lobato, Ana Maria Leite. II. Título.

CDD 23 ed.: 371.9

---

# FICHA TÉCNICA

**Título:** Ciclos de Estudos na EPT: na perspectiva de Práticas Pedagógicas Inclusivas

**Autora:** Verbena Vieira Ribeiro de Sousa

**Orientadora:** Profa. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Leite Lobato

**Lócus da Pesquisa:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Imperatriz

**Público-alvo:** Docentes da Educação Profissional e Tecnológica

**Modalidade:** Educação Profissional

**Nível:** Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

## **VÍNCULO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Dissertação de Mestrado Profissional – A Relação entre Políticas e Práticas Pedagógicas do IFMA - Campus Imperatriz na Perspectiva da Inclusão

## **PROGRAMA DE ENSINO**

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica/PROFEPT

## **INSTITUIÇÃO ASSOCIADA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

## **LINHA DE PESQUISA**

Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica EPT

## **MACROPROJETO**

Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT

## **PALAVRAS-CHAVE**

Ciclos de estudo; Políticas de inclusão; Acessibilidade pedagógica; Práticas pedagógicas inclusivas.

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

Mariceia Ribeiro Lima

**Conteúdo (org.)**

Verbena Vieira Ribeiro de Sousa e Ana Maria Leite Lobato



# APRESENTAÇÃO

O E-book “CICLOS DE ESTUDOS NA EPT na perspectiva de Práticas Pedagógicas Inclusivas” é a materialização do Produto Educacional: “CICLOS DE ESTUDOS NA EPT”, que consistiu em uma intervenção educativa realizada com professores da EPT no IFMA Campus Imperatriz. O Produto Educacional é o resultado da pesquisa aplicada na dissertação intitulada “A Relação entre Políticas e Práticas Pedagógicas do IFMA - Campus Imperatriz na Perspectiva da Inclusão”, produzido para atender ao requisito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do IFPA, Campus Belém, tendo como pesquisadora a mestrandia Verbena Vieira Ribeiro de Sousa, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Leite Lobato.

O Ciclo de Estudo realizado se apresenta como uma classificação de Produto Educacional cuidadosamente planejado para ser realizado por meio da aplicação da metodologia de pesquisa-ação colaborativa e teve como objetivo contribuir com a formação continuada dos professores que atuam na EPT do EMI, a partir da realização de estudos das políticas públicas de inclusão, voltadas para a legislação que respalda a educação inclusiva, tendo ainda como base as normas institucionais do IFMA e suas práticas pedagógicas inclusivas. Assim, todas as ações foram materializadas no E-book, segundo produto da dissertação. Este, contudo, não será aplicado, mas passou por avaliação junto aos docentes.

O produto educacional foi elaborado em colaboração com um grupo de docentes, no IFMA, Campus Imperatriz, no decorrer do segundo semestre, do ano letivo de 2023, sendo, portanto uma proposta educativa passível de modificações e melhorias. O E-book visa continuar aprimorando a qualidade do ensino e aprendizado dos alunos com deficiência no IFMA - Campus Imperatriz-bem como nos demais espaços que tiver acesso. Por meio de discussões e reflexões colaborativas com os professores, proporcionando-lhes uma visão mais crítica e inclusiva do processo educacional. Além disso, o E-book também busca ser uma ferramenta de apoio e informação para facilitar a inclusão de estudantes com deficiência. Ele compartilha pesquisas realizadas com educadores, práticas educacionais inclusivas e direitos relacionados à educação inclusiva.

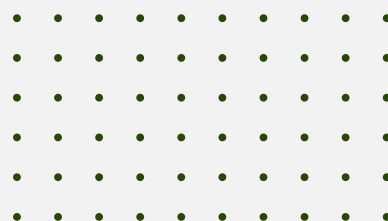


O Ciclo de Estudo, concebido como uma intervenção educativa, iniciou a partir de desafios identificados tanto em debates teóricos relacionados às diferentes áreas de desenvolvimento do educador quanto da minha experiência prática como pedagoga no IFMA Campus Imperatriz. A justificativa pela qual este recurso educacional foi criado para ser utilizado na Educação Profissional e Tecnológica está na urgência de uma educação libertadora e abrangente, capaz de atender às necessidades da sociedade, em especial a inclusão de estudantes com deficiência.

Recomendamos a leitura da dissertação mencionada no parágrafo inicial desta apresentação, pois nela estão presentes os fundamentos históricos e legais que alicerçam a educação inclusiva, as políticas de educação inclusiva propostas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFMA, para os estudantes com deficiência dos cursos técnicos integrados de nível médio, além da análise e discussão dos dados da pesquisa, os quais estão diretamente relacionados à intervenção de formação realizada com os docentes.

**Belém, Pará, 2024.**

*Verbena Vieira Ribeiro de Sousa*



# Sumário

## 07 Introdução

## 09 Seção 1

### **BASES TÉORICAS E METODOLÓGICAS DOS CICLOS DE ESTUDOS**

As fases de desenvolvimento da pesquisa-ação durante a implementação do produto educacional

## 15 Seção 2

### **PLANO DE ATIVIDADES DO CICLO DE ESTUDOS E SUAS ETAPAS**

## 17 Seção 3

### **OS CICLOS DE ESTUDOS E OS MÓDULOS DE ENSINO**

## 25 Relatos da Abordagem 1

### **1ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES INICIAIS -**

Tema: Apresentação dos Ciclos de Estudos

### **2ª e 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E INÍCIO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS**

Tema: Educação inclusiva um Direito de todos

## 37 Relatos da Abordagem 2

### 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

Tema: Barreiras que limitam o acesso, permanência e qualidade na educação

## 42 Relatos da Abordagem 3

### 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

Tema: Práticas Pedagógicas Inclusivas  
Tema: Materialização do Produto

## 50 Seção 4

### MATERIAIS COMPLEMENTARES PARA APROPRIAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## 58 Seção 5

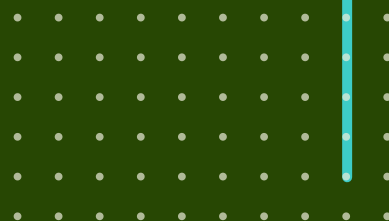
### AVALIAÇÃO DO PRODUTO

## 62 Considerações Finais

## 64 Referências

## 68 Anexo

## 71 As Autoras








# INTRODUÇÃO

Este Produto Educacional consiste em "Ciclo de Estudos na EPT", isto é, uma proposta que visa estimular a reflexão e o debate sobre temas voltados para as políticas públicas de inclusão e a relação com as práticas pedagógicas dos docentes. Na pretensão de oferecer aos educadores um espaço para a partilha de experiências, inquietações, conhecimentos e perspectivas, de um ambiente escolar, mais acolhedor que respeita a diversidade dos atores a fazer parte desse processo.

Tem o objetivo de informar, orientar e ajudar na inclusão de alunos com deficiência, por meio da divulgação de estudos desenvolvidos com docentes, direitos estudados, incluindo as práticas pedagógicas realizadas e relacionadas à inclusão no processo de ensino e aprendizagem na escola, com base nas normas legais e institucionais, do IFMA, e suas práticas pedagógicas inclusivas. Objetivos específicos: a) Orientar a realização de Ciclos de Estudos com docentes que promovam a reflexão e o debate da inclusão de PcD no âmbito escolar; b) Contribuir com a formação continuada dos docentes para a educação inclusiva; c) Cooperar com sugestões de práticas pedagógicas inclusivas que podem ser aplicadas no EMI.





Partindo assim do entendimento que a formação continuada dos docentes oportuniza reflexões críticas, para a (re) construção do contexto social em que estão inseridos, propiciando condições para compreenderem que, para mudar a teoria educacional, a política e a prática, é necessário mudar a própria forma de pensar e agir (Ibiapina 2008).

A aplicação deste produto educacional ocorreu com docentes que atuam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFMA - Campus Imperatriz que estavam no período da pesquisa ministrando aula no EMI na EPT, que aceitaram o convite para participar dos estudos, para tanto, foram sistematizados cinco encontros, com duração de 2 horas a 4 horas, aconteceram na sala do NAPNE, auditório e sala de Inovação da institucional in lócus, contaram com a participação de onze docentes. Ressalta-se que na formação continuada a escolha dos conteúdos partiu da necessidade apontada pelos docentes no questionário da pesquisa diagnóstica.

Durante o desenvolvimento dos Ciclos de Estudos, o caminho metodológico trilhado foi subsidiado pelo ciclo de pesquisa-ação segundo Chisté (2016) e a pesquisa colaborativa, onde de acordo com Ibiapina (2008) houve a participação ativa dos professores. Nesse sentido, buscou-se ouvir, compreender a percepção dos docentes a respeito do assunto. Os Ciclos de Estudos contaram com a participação de convidados, profissionais que atuam na área da educação inclusiva, que contribuíram de forma ativa com as discussões.


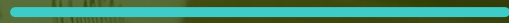
Portanto, os Ciclos de Estudos procuraram inspirar e servir de referência para docentes desejosos por desenvolver metodologias inclusivas, levando em consideração as particularidades dos discentes com deficiência, para adaptações de práticas e do currículo quando necessário, modificação de materiais, uso de tecnologia assistiva compreendendo as necessidades individuais dos discentes e, consequentemente, influenciar na aprendizagem, inclusão social e saída bem-sucedida do sistema educacional formal dos discentes com deficiência.



# 1

# SEÇÃO

## I. BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DOS CICLOS DE ESTUDOS





**Ao idealizar esse produto educacional e, ao longo do processo de construção da prática pedagógica, partimos do pressuposto de que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma forma de ensino que busca oferecer uma educação de qualidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação. Dessa forma, acreditamos que o papel dos docentes, no processo de inclusão, é essencial, pois eles são responsáveis por orientar o processo educativo, criando caminhos para a aprendizagem dos alunos de maneira crítica, reflexiva e libertadora.**

Na intervenção educativa realizada com os docentes, por meio dos Ciclos de Estudos, buscamos contribuir com a formação continuada, através do estudo das diretrizes legais da educação inclusiva, oportunizando reflexões sobre a práxis docente, contribuindo positivamente para a sua formação profissional. Os estudos realizados auxiliaram os docentes na compreensão das políticas inclusivas que respaldam a educação e, como consequência, colaborou para a conscientização de implementar tais políticas no âmbito escolar. Impulsionando um sentimento de empatia, sobretudo, de respeito na comunidade escolar, por meio da adoção de práticas abrangentes que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

Entretanto, a inclusão de alunos com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enfrenta diversos obstáculos e dilemas. É primordial defender e fortalecer a visão de uma escola que valorize a diversidade, a inclusão e a individualidade, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver, adquirir e compartilhar conhecimentos sem restrições. Os desafios e as dificuldades da educação inclusiva na EPT envolvem uma constante reestruturação do modo de pensar e agir, incorporando a educação das diversidades de modo que as limitações não sejam acompanhadas por estigmas preconceituosos.

Nos Ciclos de Estudos, ressaltamos a importância de identificar as demandas dos discentes para promover uma escola inclusiva. Para tanto, é fundamental adaptar-nos aos diversos estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo uma educação de excelência para todos por meio de um currículo adequado, estrutura organizacional eficiente, práticas pedagógicas inclusivas, recursos tecnológicos assistivos e um planejamento personalizado que atenda às necessidades específicas dos estudantes. A inclusão vai além de simplesmente matricular um aluno com deficiência, em uma sala de aula, ou em uma instituição de ensino. Trata-se, na verdade, de uma transformação de pensamento, na maneira como lidamos com as diferenças e particularidades (Pearpoint, 1997).



## Nessa intenção

as bases teóricas foram divididas em três abordagens

### ✓ ABORDAGEM 1 –

A primeira abordagem enfatizou “Os fundamentos históricos e legais que alicerçam a educação inclusiva”. Esse estudo baseou-se nas discussões das legislações e políticas que impulsionam a inclusão a partir de uma perspectiva histórica, destacando a importância do desenvolvimento de práticas de inclusão em espaços formais de aprendizagem. As bases teóricas para as discussões foram embasadas na legislação que ampara a educação inclusiva e em autores como Castilho (2016), Coutinho (2002), Comenius (2001), Condocert (2008), Charlot (2013), Garcia (2008), Glat, Pletsche e Fontes (2007), Jannuzzi (2004), Kosik (2010), Mantoan(2015), Nóvoa (1999), Saviani (2021), Sassaki (2010), Sierra (2010), Silva (2014), Pessotti (1984), Piovesan (2013), Vicente e Aguado (2015). Essa abordagem ocorreu em dois encontros de 2h cada um.

### ✓ ABORDAGEM 2 –

A segunda abordagem foi baseada nas “Políticas de inclusão da Educação Profissional e Tecnológica EPT”, onde as discussões contemplaram os principais conceitos à luz de estudiosos que analisam o sentido da prática da educação inclusiva para pessoas com deficiência, aprofundando a reflexão sobre a educação inclusiva na EPT. Para tanto, foi realizada um encontro de 2h. O apoio teórico fundamenta-se em autores como Ciavatta (2021), Charlot (2013), Frigotto (2005), Gadotti (1990), Nascimento e Faria (2013), Pacheco (2011), Ramos (2011), Santos (2020), Viana e Carvalho (2017).

### ✓ ABORDAGEM 3 –

Nessa abordagem, foram analisadas as “Estratégias educacionais inclusivas”, abordando seus conceitos, metodologias de inclusão, recursos de ensino, levando em consideração os pensamentos de diversos autores que discorrem sobre a importância da prática da educação inclusiva para pessoas com deficiência e as diversas maneiras de implementar práticas educacionais de qualidade para promover a inclusão. O embasamento teórico foi construído a partir das ideias de Clarice Nunes (2015), Duran (2020), Isabel Madureira (2015), López (2012), Mantoan (2015), Pletsch (2020). Sendo assim, foram realizados dois encontros com duração de 4 horas cada, dentro da perspectiva inclusiva.



# As fases de desenvolvimento da pesquisa-ação durante a implementação do produto educacional

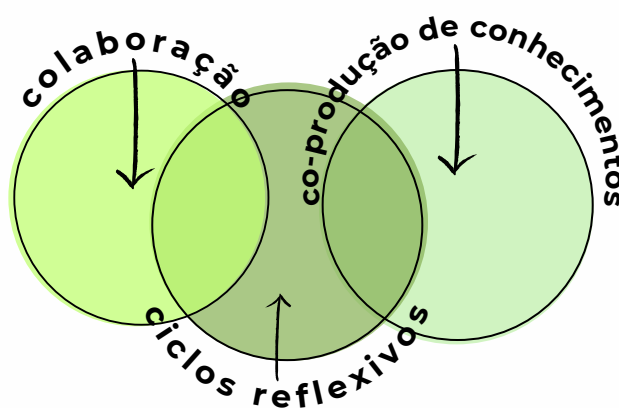
Para Ibiapina (2008), a pesquisa-ação colaborativa constitui-se numa pesquisa emancipatória, cujo modelo, considera, dentre outros aspectos, o espaço coletivo como instância das tomadas de decisões, não tendo espaço para as relações de poder, tendo predomínio a negociação, a colaboração e coprodução de conhecimentos, que devem acontecer num movimento dialético entre teoria e prática, mediante ciclos sucessivos de reflexividade.

Na pesquisa-ação, os objetivos de ação e de conhecimento estão interligados e derivam de referenciais teóricos, que embasam os conceitos, as abordagens interpretativas e os dados coletados durante a investigação. Neste contexto, escolhemos Ibiapina (2008) para embasar a metodologia da pesquisa-ação colaborativa, juntamente com Chisté (2018) para guiar a prática, seguindo o ciclo por ela proposto para a pesquisa-ação. Esse ciclo envolve:

- Identificação das situações iniciais;**
- Planejamento das ações;**
- Execução das atividades planejadas;**
- Avaliação dos resultados alcançados.**

Apresentamos, na sequência, uma breve síntese da estrutura e progresso da pesquisa-ação colaborativa, baseada nas teorias de Chisté (2016) e Ibiapina (2008) para fins educativos. Através desta abordagem, conseguiu-se mediar os temas educacionais com os professores de maneira participativa e comunicativa. Desse modo, a intervenção foi organizada nas seguintes fases:

**FIGURA 01: DESENHO DA ARTICULAÇÃO DA PESQUISA COLABORATIVA.**



**FONTE: PESQUISA DE CAMPO**

## 1

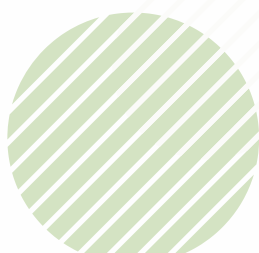
## IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES INICIAIS

Essa fase iniciou com a sensibilização dos colaboradores, para Ibiapina (2008, p.38) a “sensibilização parte do estudo sistemático sobre os princípios da pesquisa colaborativa”. Assim, foram feitas as primeiras orientações com os docentes sobre a pesquisa-ação colaborativa, a fim de avaliar o interesse deles em participar dos Ciclos de Estudos sobre a Educação Inclusiva. Também foi realizado um levantamento da situação inicial, por meio de um questionário presencial com os docentes, visando avaliar a percepção deles sobre o tema a ser estudado. Com as respostas obtidas, foi possível estabelecer os objetivos e prioridades dos ciclos de estudos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, dando início a fase do Planejamento das ações.

## 2

## PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Nesta fase foi realizado o planejamento e sistematização de todas as ações que seriam desenvolvidas durante os Ciclos de Estudos. Definindo-se os dias, horários, materiais de estudos, recursos didáticos e metodologia dos estudos que apoiaram o desenvolvimento da intervenção educativa de ciclos de estudos, todo o planejamento foi elaborado de forma colaborativa. Com o intuito de dar andamento a essa etapa, foram escolhidos os assuntos da capacitação baseados na regulamentação legal e institucional, sobre os princípios históricos e legais da inclusão educacional, as diretrizes de inclusão propostas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFMA, para os alunos com deficiência.





## 3

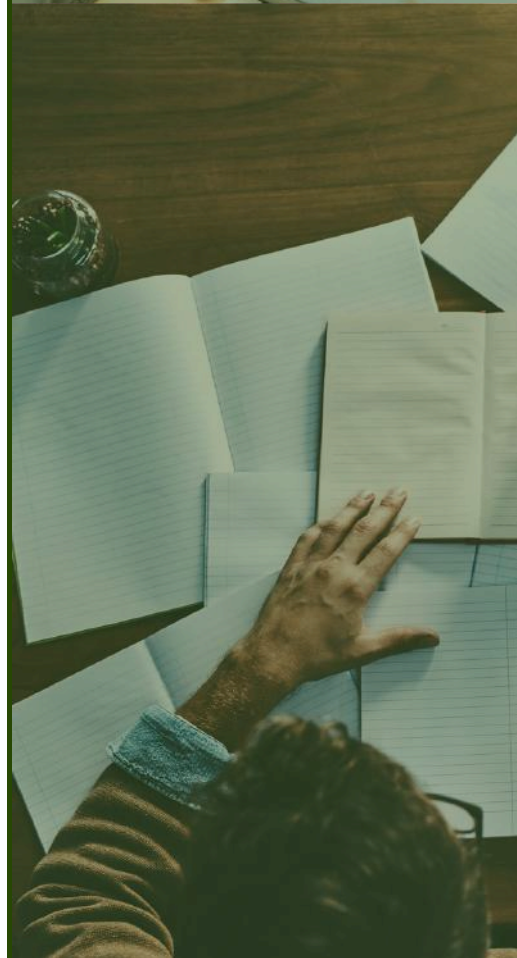
## EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

Após organizados os materiais e os recursos didáticos e traçadas as estratégias para realização dos estudos, nessa fase houve o início dos Ciclos de Estudos na EPT, que posteriormente seriam materializados neste Produto Educacional. Nessa intenção, os estudos realizados, as rodas de conversa e as trocas de experiências, oportunizaram aos docentes reflexões sobre as possibilidades de utilizarem práticas pedagógicas inclusivas em suas aulas, bem como, a compreensão de que para mudar a teoria educacional, a política e a prática, é necessário mudar a própria forma de pensar e agir (Ibiapina, 2008). O detalhamento de cada fase do ciclo de Chisté (2016) encontra-se na seção 3, que trata especificamente do planejamento dos módulos de ensino aplicados em contexto.

## 4

## AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Sobre a avaliação, Chisté (2016) considera que a ação de avaliar deverá ocorrer durante toda a pesquisa, porque a partir disso se pode refletir sobre as atividades desenvolvidas e replanejar as ações, se for o caso, conforme os pressupostos da pesquisa-ação. Nessa perspectiva, durante cada encontro, realizou-se roda de conversa, que tiveram dois propósitos: a avaliação da intervenção e a coleta de dados através dos registros da participação dos docentes. Dessa maneira, pode-se considerar que a avaliação é um processo contínuo, nesse tipo de pesquisa, baseada na relação teoria e prática, destacando que “[...] não há crítica possível sem a mediação da teoria”. (Chisté, 2016, p. 798).





# 2

# SEÇÃO

PLANO DE ATIVIDADES DO  
CICLO DE ESTUDO E SUAS  
ETAPAS

---

**Antes da intervenção dos Ciclos de Estudos, o projeto foi apresentado à comunidade acadêmica (gestores, docentes, coordenação pedagógica, e NAPNE), em reunião realizada na sala do NAPNE, do IFMA Campus Imperatriz, segundo os pressupostos da pesquisa-ação: “Uma vez tomada a decisão de se fazer uma pesquisa com um tema bem delimitado, é necessária uma comunicação oficial à direção da instituição onde se pretende realizar a pesquisa de campo” (Oliveira, 2010, p. 36).**

Os encontros promovidos abordaram as políticas de inclusão educacional e práticas pedagógicas inclusivas, visando auxiliar na capacitação dos professores que atuam no EMI. Foram realizados cinco encontros com duração variando de duas a quatro horas, ocorrendo em diferentes locais, como a sala do NAPNE, auditório e sala de Inovação da instituição. As discussões enfatizaram a participação ativa dos docentes e a interação com os mediadores. Contou-se com a presença de convidados especialistas em educação inclusiva, que contribuíram de forma significativa para os diálogos realizados.

O planejamento do produto proporciona uma apresentação detalhada do procedimento, no qual os períodos de aprendizado ocorreram desde o início até a conclusão do produto. Portanto, detalhou-se o planejamento de cada etapa da análise empregada no desenvolvimento do Produto Educacional, conforme ilustrado na figura 2:

**FIGURA 2– SISTEMATIZAÇÃO DOS CICLOS DE ESTUDOS**



Fonte: Pesquisa de campo



# 3

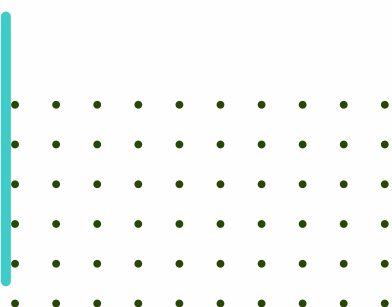
# ÇÕES

## III - OS CICLOS DE ESTUDOS E OS MÓDULOS DE ENSINO



Nesta seção, apresentaremos, de maneira mais detalhada, a organização das etapas da intervenção educativa realizada por meio dos Ciclos de Estudos, que é o nosso produto educacional. Também destacamos sugestões de atividades que podem ser realizadas durante a intervenção para auxiliar no entendimento dos professores e equipe pedagógica. Ressaltamos, que as orientações apresentadas devem ser refletidas em cada contexto escolar, considerando sua realidade e necessidades do corpo docente, e assim, adaptá-las, na intenção de contribuir com a formação continuada dos docentes.

As abordagens das bases teóricas e metodológicas ocorreram a partir do segundo encontro, tendo em vista que, no primeiro, houve a apresentação da pesquisa e aplicação do questionário diagnóstico.





# FASE

# 1

## APRESENTAÇÃO DOS CICLOS DE ESTUDOS

### 1º CICLO DE ESTUDO - IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES INICIAIS



#### 1

#### OBJETIVO

- Apresentar a pesquisa e a intervenção por meio de Ciclos de Estudos aos docentes;
- Analisar a percepção dos docentes do IFMA Campus Imperatriz sobre a temática da Educação Inclusiva.

#### 2

#### CONTEÚDO

- Apresentação dos objetivos da pesquisa e intervenção dos Ciclos de Estudos.



#### 3

#### METODOLOGIA

- Boas vindas;
- Acolhida dos participantes, com a dinâmica: “Desenvolvendo um olhar mais empático nas relações interpessoais”;
- Roda de conversa, exposição dialogada dos objetivos da formação;
- Aplicação do questionário diagnóstico aos docentes que aceitaram participar dos estudos.



#### 4

#### RECURSOS UTILIZADOS

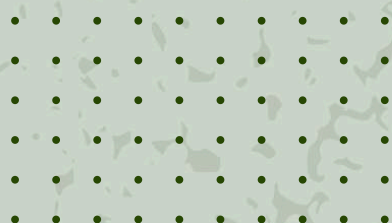
- TV, notebook, kit para anotações, cartão de boas vindas, questionários impressos.



#### 5

#### TEMPO

- 2 horas





# FASE

# 2

## DIRETRIZES PARA OS CICLOS DE ESTUDOS - EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO DE TODOS

### 2º CICLO DE ESTUDO - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES (DIÁLOGO E INTERAÇÃO)

#### 1

#### OBJETIVO



- Planejar as atividades dos Ciclos de Estudos em colaboração com os docentes;
- Sensibilizar os participantes da necessidade de formação voltada para a educação inclusiva.

#### 2

#### CONTEÚDO

- Sensibilização dos colaboradores com os princípios da pesquisa-ação colaborativa;
- Planejamento dos Ciclos de Estudos - objetivos dos encontros, procedimento de trabalho, tipos de interações, seleção do material e recursos.

**Mediação:** a pesquisadora

**Palestrantes:** Convidado



#### 3

#### METODOLOGIA

- Roda de conversa, exposição dialogada.

#### 4

#### RECURSOS UTILIZADOS

- TV, notebook, Internet, bloco de notas, canetas.



#### 5

#### TEMPO

- 1 horas





# FASE

# 3

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO DE TODOS

2º CICLO DE ESTUDO – EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS – ESTUDO DAS NORMAS LEGAIS (DIÁLOGO E INTERAÇÃO)

1

### OBJETIVO

- Estudar a norma legal que ampara a educação inclusiva em âmbito nacional e institucional (IFMA).

2

### CONTEÚDO

- **Estudo da Temática:** Educação Inclusiva um Direito de todos
- **Fundamentação:** Constituição Federal de 1988, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96.

**Mediação:** a pesquisadora

**Palestrantes:** Convidado

3

### METODOLOGIA

- Roda de conversa, exposição dialogada.

4

### RECURSOS UTILIZADOS

- TV, notebook, Internet, bloco de notas, canetas.

5

### TEMPO

- 2 horas



# FASE 3

## DIRETRIZES PARA OS CICLOS DE ESTUDOS – OS MARCOS REGULATÓRIOS

### 3º CICLO DE ESTUDO – EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS – ESTUDO DAS NORMAS LEGAIS (DIÁLOGO E INTERAÇÃO)

1

#### OBJETIVO

- Estudar a norma legal nacional e institucional do IFMA que ampara os discentes com deficiência;
- Refletir sobre as diretrizes da norma legal para a materialização de práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.

2

#### CONTEÚDO

- **Estudo da Temática:** “Barreiras que limitam o acesso, permanência e qualidade na educação”.
- **Fundamentação:** Constituição Federal de 1988; Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96.

**Mediação:** Pesquisadora

**Palestrantes:** docentes e pesquisadora

3

#### METODOLOGIA

- Mesa Redonda, exposição dialogada

4

#### RECURSOS UTILIZADOS

- TV, notebook, Internet, bloco de notas, canetas.

5

#### TEMPO

- 2 horas



# FASE 3

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

### 4º CICLO DE ESTUDO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS - MATERIALIZAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS (DIÁLOGO E INTERAÇÃO)

1

#### OBJETIVO

- Estudar sobre as práticas pedagógicas inclusivas que estão inseridas nas Resoluções Institucionais;
- Refletir sobre como as práticas pedagógicas inclusivas podem ser sistematizadas nos conteúdos ministrados pelos docentes.
- Criar Trilhas de Aprendizagem do conteúdo trabalhado pelos docentes em sala de aula a partir de peças 3D STEAM do Museu Meker.



#### CONTEÚDO

2

- **Estudo da Temática:** Práticas Pedagógicas Inclusivas
- **Fundamentação:** LBI, Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e nos autores Mantoan (2003), Lópes (2012), Clarisse Nunes e Isabel Madureira (2015).

Mediação: Pesquisadora

Palestrantes: docentes e pesquisadora



3

#### METODOLOGIA

- Roda de conversa, exposição dialogada;
- Oficina criação de trilhas de aprendizagem e exposição.



#### RECURSOS UTILIZADOS

- TV com som, Internet, cadernos e canetas para as anotações, peças 3D STEAM,



4

5

#### TEMPO

- 4 horas



# FASE 4

## AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

### 5º CICLO DE ESTUDO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS (PRODUTO EDUCACIONAL)

1

#### OBJETIVO

- Definir a estrutura do E-book interativo, que será a materialização da intervenção educacional dos Ciclos de Estudos;
- Avaliar a intervenção dos Ciclos de Estudos realizados na EPT - Produto Educacional proposto na pesquisa.

2

#### CONTEÚDO

- A partir das contribuições realizadas nos Ciclos de Estudos estruturar com os docentes os conteúdos e capítulos do E-book Interativo.
- Avaliação do Produto Educacional.

3

#### METODOLOGIA

- Rodas de diálogo, relatos de experiências; análise dos registros realizados; sistematização das contribuições, organização do material teórico com a fundamentação das seções do E-book.
- Avaliação dos Ciclos de Estudos, preenchimento da ficha de avaliação.

4

#### RECURSOS UTILIZADOS

- Computador, Internet, registros dos relatos de experiências, resultados dos questionários aplicados, ficha de avaliação.

5

#### TEMPO

- 4 horas





## RELATOS DA ABORDAGEM 1

---

# 1ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES INICIAIS



# 1º CICLO DE ESTUDOS – Identificação das situações iniciais

**Local:** Sala do NAPNE – IFMA  
Campus Imperatriz

**Tema:** Apresentação dos Ciclos  
de Estudos

**Fundamentação:** Chisté (2016) e  
Ibiapina (2008).

## 1. OBJETIVOS PROPOSTOS:

Apresentar a pesquisa e a intervenção por meio de Ciclos de Estudos aos docentes;

Analisar a percepção dos docentes do IFMA Campus Imperatriz sobre a temática da educação inclusiva.

## 2. DESCRIÇÃO DO ENCONTRO

O primeiro Ciclo de Estudo que compreende a 1ª fase da Pesquisa-Ação do ciclo metodológico de Chisté (2016), nessa fase seguindo as orientações da autora foi realizado o primeiro contato com os interessados em participar da intervenção que iniciou com a dinâmica:

**“Desenvolvendo um olhar mais empático nas relações interpessoais”,**


acolhida que teve a pretensão de sensibilizar e instigar os participantes para um olhar

voltado para o acolhimento diante da diversidade, das limitações do outro. Nesse encontro houve a apresentação do projeto de pesquisa, dos Ciclos de Estudos, seus objetivos e metodologia. Realizou-se momento de interação entre os participantes por meio de roda de conversa que buscou ouvir, compreender e identificar a percepção dos docentes sobre a temática da inclusão, bem como as questões que gostariam que fossem abordadas nos encontros, denominados de Ciclos de Estudos na EPT.

Nesse encontro a coleta de dados foi através da interação entre os docentes e a pesquisadora na roda de conversa, e por meio da pesquisa diagnóstica mediada por um questionário aplicado presencialmente, 11 docentes que atuam no EMI colaboraram com a pesquisa. O questionário foi dividido em dois blocos:

✓ **Bloco 1 – Perfil dos entrevistados**

✓ **Bloco 2 – Políticas públicas inclusivas na EPT**



**Bloco 1 – Perfil dos entrevistados** – a finalidade da pesquisa foi obter os dados referentes ao tempo de experiência dos professores na área de Educação Profissional e Tecnológica no IFMA Campus Imperatriz; formação acadêmica e continuada; as atividades pedagógicas realizadas com os alunos com deficiência; a maneira como os professores aplicam práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar.

**Bloco 2 – Políticas públicas inclusivas na EPT** – esta seção foi dividida em duas subseções que consideraram a acessibilidade nos aspectos pedagógico e estruturais para a inclusão de PcD no IFMA – Campus Imperatriz, com a pretensão de verificar como estão sendo implementadas no ensino as políticas de inclusão.

A primeira subseção consistiu em: Compreender como ocorre a acessibilidade pedagógica dos discentes com deficiência no IFMA Campus Imperatriz. A segunda subseção verificou a acessibilidade considerando os aspectos estruturais para PcD no contexto do IFMA Campus Imperatriz.

O questionário foi elaborado a partir das seguintes Resoluções Institucionais do IFMA: Resolução n.º 015/2015 que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para o funcionamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Resolução n.º 35/2019 que dispõe sobre a institucionalização da Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Resolução n.º 114/2019 que dispõe sobre as Normas de Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem para Cursos Técnicos nas formas Integradas, Concomitante e Subsequente do Ensino Médio, na oferta presencial e na modalidade de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Resolução n.º 147/2022 que aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Resolução n.º 86 de 14 de junho de 2023 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

---

**Quanto ao Bloco 1** – Perfil dos entrevistados, fundamentado nas respostas ao questionário, verificou-se que dos 11 docentes que responderam, estes possuem idade entre 27 a 52 anos, atuam no EMI, na EPT, no IFMA Campus Imperatriz entre 05 a mais de 10 anos, 100% afirmaram que em suas turmas há alunos com deficiência, 09 dos participantes responderam que em sua formação acadêmica inicial não foi contemplada na matriz curricular a educação especial, 03 responderam que já realizaram curso na área da educação inclusiva, 07 afirmaram não possuir nenhum curso, quanto à experiência com práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula, 06 responderam que possuem experiência, 05 afirmaram que não.

Considerando os dados pertinentes ao perfil dos entrevistados, observa-se fragilidade na formação acadêmica dos docentes no aspecto da educação inclusiva. Este panorama é importante porque mostra que ainda há um longo caminho a ser percorrido na instituição in lócus para que os educadores aprimorem e compreendam os aspectos envolvidos no processo de inclusão e suas especificidades. A formação adequada dos professores é essencial para garantir um ensino de qualidade, Nóvoa (1999). O autor Bueno (1999) reforça essa ideia, ressaltando a importância da preparação dos educadores para conseguirem atender às necessidades dos alunos incluídos de forma sensível. Nessa intenção, medidas urgentes devem ser adotadas para promover mudanças no atual estado da educação inclusiva.

Em relação à formação continuada, os docentes foram questionados se no IFMA Campus Imperatriz há oferta de formação continuada com a temática da educação inclusiva, em caso afirmativo, deveriam descrever como as formações têm contribuído na sua prática pedagógica em sala de aula, sobre isso o Pp10[1] argumentou:

**Sim, o Campus tem ofertado formação com a temática da inclusão, estas têm me proporcionado um movimento de pensar e repensar a minha prática, os momentos formativos têm me ajudado a enxergar as possibilidades de inclusão, principalmente na questão da identificação de transtornos e nas formas de construção do Plano Educacional Individualizado – PEI. Tenho percebido que para além do acolhimento é necessário ver esse aluno enquanto um ser de possibilidades, sendo a primeira etapa para esse processo de inclusão, a formação continuada aliada a troca de experiências entre os professores ajuda bastante nessa caminhada de aprendizagens (Pp10).**

No que diz respeito à formação inicial de professores, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares constitui atualmente uma excelente razão para as instituições de ensino secundário e superior reformar os seus currículos (Mantoan, 2005). Nessa intenção, para a promoção da educação inclusiva com qualidade, um dos aspectos de grande importância que vem se discutindo é a formação dos professores, esse desafio passa pela mudança da escola, como instituição e o ensino que é ministrado nela.

---

*[1] A codificação Pp10 refere-se ao Professor participante 10, todas as contribuições encontram-se na Tabela 2 – Contribuições das Formações realizadas no IFMA – Campus Imperatriz, Anexo 5 da Dissertação.*

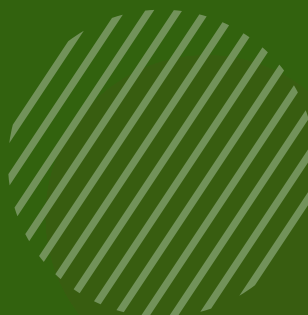


Nesse sentido, compreendemos que a formação continuada é elemento fundamental para que a prática educativa não permaneça superficial e ultrapassada diante dos diversos desafios encontrados no cotidiano. Assim, a atitude de realizar os Ciclos de Estudos diz respeito à atualização constante e à busca de diferentes estratégias para articular conjectura e prática, no âmbito escolar, contribuindo para assegurar uma educação de qualidade para os discentes com deficiência.

### REGISTRO FOTOGRÁFICO DO 1º CICLO DE ESTUDOS



Fonte: Pesquisa de campo



Fonte: Pesquisa de campo

# Dinâmica: “Desenvolvendo um olhar mais empático nas relações interpessoais”



## **PÚBLICO ALVO:**

Professores e servidores voltados ao trabalho com acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiências.



## **OBJETIVO:**

Favorecer tomada de consciência sobre as diferenças entre “ver” e “olhar” nas relações interpessoais, seja no ambiente de trabalho onde o público sejam pessoas com deficiência ou nas relações cotidianas.



## **RECURSOS:**

Caixa de chocolate tipo (BIS) para distribuição durante a dinâmica.



## **METODOLOGIA:**

Aplicação em grupos maiores que 5 participantes.



## **DESENVOLVIMENTO:**

Sentados em círculo, cada participante recebe um chocolate e deverá ficar de olhos fechados, seguindo todas as instruções do aplicador da dinâmica, que deverá fazer uma apresentação prévia sobre o tema Acessibilidade, Respeito, Escuta, Olhar atento e Empatia nas relações, convidando os participantes a comprovarem

como acontece a percepção do outro na prática cotidiana a partir dos resultados emocionais experimentados ao final da dinâmica.

Após todos estarem de olhos fechados, o aplicador escolhe 3 a 5 situações fictícias, dentre felizes ou difíceis e começa a discursar: Não abram os olhos, não tentem descobrir quem é, mas temos alguém aqui que acabou de bater o carro antes de chegar no trabalho e ainda não conseguiu resolver o problema, o que lhe deixou muito nervoso nesse dia. Temos outra pessoa que o filho foi aprovado num grande vestibular na última sexta-feira e ele gostaria de dar uma festa e convidar todos os amigos do trabalho que tanto lhe apoiam como pai solteiro. Temos uma mulher aqui que está cuidando da mãe acamada e em tratamento paliativo, tem sido muito difícil esses tempos em sua vida. Temos mais uma pessoa que está se divorciando, e tem estado emocionalmente abatido, o que tem interferido em outras áreas da sua vida com frequência.

Após finalizar as afirmações, o aplicador pede que os participantes abram os olhos e pede que, sem responder em voz alta, reflitam como se sentem em relação ao que ouviram. Se gostariam de apoiar essas pessoas ou se se sentem indiferentes. Em alguns segundos, em silêncio, retoma a fala esclarecendo que foram situações fictícias, mas que, na verdade, muitas outras situações verdadeiras estão acontecendo na vida de cada pessoa, de cada aluno ou professor, e que esse olhar invisível é humanizante e auxilia na compreensão, empatia, respeito e resiliência quanto ao comportamento reativo que, muitas vezes, criam conflitos nas relações de trabalho e outras.

Para finalizar, o aplicador pede que cada um entregue seu chocolate a alguém ao lado, refletindo sobre a possibilidade de que todos sempre podem ter algo bom de si e em si para compartilhar com alguém. Em seguida, abre a oportunidade de fala para que todos que desejem, compartilhem das suas percepções sobre a dinâmica, relatem histórias ou façam feedback a respeito da atividade.



### AVALIAÇÃO:

Feedback do grupo, nível de participação, observação sobre a percepção das sugestões de reflexões.

## 3. CONCLUSÃO

O encontro inicial com os professores do IFMA Campus Imperatriz, com ênfase na apresentação dos Ciclos de Estudos, sua abordagem e os propósitos da pesquisa, foi exitoso. Os objetivos definidos, ressaltando a relevância do ciclo de estudos para a capacitação do professor na EPT, foram claramente expostos, e a percepção dos professores em relação à importância dos estudos sobre educação inclusiva na prática, foi analisada por meio de um questionário inicial.

Durante a discussão, foi ressaltada a necessidade de capacitação, uma vez que a maioria dos docentes afirmou que durante sua formação acadêmica não a matriz curricular não contemplou disciplinas na área da inclusão. Os participantes compartilharam suas dificuldades diárias diante dos desafios da inclusão. As atividades realizadas, incluindo a dinâmica: "Desenvolvendo um olhar mais empático nas relações interpessoais", tiveram como objetivo conscientizá-los sobre a importância de ter uma postura acolhedora diante da diversidade.

Ao término, foi constatado que os objetivos foram atingidos, e o encontro proporcionou uma análise detalhada da formação do professor na EPT, gerando reflexões importantes para aprimorar a prática educativa.





## RELATOS DA ABORDAGEM 1

---

### 2ª E 3ª FASE DA PESQUISA- AÇÃO - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E INÍCIO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

# 2º CICLO DE ESTUDOS – Planejamento das atividades – Estudo das Normas Legais e Institucionais (Diálogo e interação)

**Local:** Sala do NAPNE – IFMA  
Campus Imperatriz

**Tema:** Educação inclusiva um  
Direito de todos

**Fundamentação:** Constituição  
Federal de 1988, Estatuto da  
Pessoa com Deficiência, Lei  
13.146/2015, Lei de Diretrizes e  
Bases da Educação, Lei 9394/96.

## 1. OBJETIVOS PROPOSTOS:

- Planejar as atividades dos Ciclos de Estudos em colaboração com os docentes;
- Sensibilizar os participantes da necessidade de formação voltada para a educação inclusiva;
- Estudar a Norma Legal.

## 2. DESCRIÇÃO DO ENCONTRO

O segundo Ciclo de Estudo que compreendeu a fase 2, seguindo o ciclo de reflexão norteado na pesquisa, consistiu no planejamento das atividades e estudo das normas legais e institucionais. Nesse momento, foi sistematizado, de forma participativa, o planejamento das atividades que seriam desenvolvidas no decorrer de cada ciclo de estudo, na roda de conversa houve a sensibilização dos participantes quanto à necessidade de mediar sua ação pedagógica com práticas inclusivas (Ibiapina 2008). Compartilhando assim, compromisso,

principais estratégias e definindo atividades entre os participantes (Chisté, 2016).

A mediadora, no primeiro ciclo de estudos, logo após o planejamento das ações, fez um diálogo com alguns teóricos da educação inclusiva, dando início à fase 3 do ciclo metodológico de Chisté (2016), com a abordagem histórica de Piovesan (2013), detalhando o percurso histórico da proteção às pessoas com deficiência segundo suas fases. O estudo norteador desse ciclo abordou a temática: “Educação inclusiva um direito de todos”, fundamentado na Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015, com discussões sobre os direitos fundamentais das PcD resguardados na Lei como direito à vida, saúde, moradia, educação e trabalho.

O estudo foi realizado na sala do NAPNE no IFMA Campus Imperatriz, contou com a presença de 16 docentes. A metodologia pautada na pesquisa-ação colaborativa oportunizou aos participantes reflexões através do diálogo, interação, partilha de experiências, e a coprodução de conhecimentos entre a pesquisadora e os docentes.

No decorrer do estudo foram levantadas reflexões sobre: a marginalização das pessoas com deficiência no contexto histórico e



social; concepção de escola inclusiva, possibilidades da construção de uma escola que oportunize educação para todos; aluno ideal na perspectiva dos docentes.

Logo após a exposição dialogada da temática, houve o círculo reflexivo norteado com a seguinte proposição: A partir do seu olhar, descreva o entendimento que tem sobre a educação como um direito de todos.

Nosso interesse era compartilhar com os integrantes suas visões sobre a importância do acesso à educação, garantindo que todos tenham a mesma oportunidade. Assim, as ideias dos participantes foram incluídas na nuvem de temas, refletindo a sua compreensão.

**FIGURA 3 - NUVEM TEMÁTICA**



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Diante das contribuições, percebe-se nas falas a ciência de todos os participantes quanto aos direitos que devem ser observados, bem como, da negligência destes no cotidiano escolar. Nesse sentido, o Pp7 argumentou: “A educação como direito de todos é aquela que inclui todas as pessoas, independente de cor, etnia, religião ou qualquer outra diferença, que essa educação seja colocada na prática, que não fique só na legislação”. Sobre essa reflexão podemos ainda inferir que a educação inclusiva mobiliza todos os atores envolvidos nesse contexto, com um olhar de acolhimento, de sensibilidade diante da diversidade. Pensando nas transformações necessárias para a inclusão no ambiente educacional formal, Mittler (2003, p. 34) defende que a educação inclusiva “envolve uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupar os alunos nas atividades de sala de aula”.



Os professores analisaram de maneira profunda as transformações indispensáveis para promover a inclusão no âmbito escolar. Reconheceram que, para isso, é fundamental uma mudança de comportamento por parte de todos os envolvidos nesse contexto, incluindo a forma de avaliar, a adaptação do currículo, o uso de recursos pedagógicos (Antunes, 2016). Destacaram também a importância de que o conceito de inclusão seja realmente colocado em prática, indo além das palavras e refletindo as necessidades individuais de cada aluno.

#### REGISTRO FOTOGRÁFICO DO 2º CICLO DE ESTUDOS



Fonte: Pesquisa de Campo

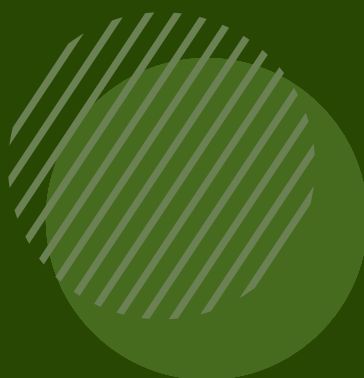


Fonte: Pesquisa de Campo

---

### 3. CONCLUSÃO

A partir do exposto, alcançamos os objetivos estabelecidos para este encontro, o planejamento das atividades foi fundamentado na pesquisa realizada por Chisté (2016) e Ibiapina (2008). Destacamos que, em acordo com os professores, foram definidos os temas, dias e horários para os estudos. Durante os debates em grupo, foi evidente o interesse dos docentes em dar continuidade às reflexões, alguns não estavam familiarizados com o NAPNE do Campus, as conversas levaram à consciência da necessidade de mudar certas abordagens em relação à prática educativa inclusiva. Para o próximo ciclo de estudos, foi selecionado como tema central: “Barreiras que limitam o acesso, permanência e qualidade na educação”.







## RELATOS DA ABORDAGEM 2

---

### 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

# 3º CICLO DE ESTUDOS – Estudo das Normas Legais e Institucionais (Diálogo e interação)

**Local:** Auditório IFMA Campus Imperatriz

**Tema:** “Barreiras que limitam o acesso, permanência e qualidade na educação”.

**Fundamentação:** Constituição Federal de 1988, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, Lei de Diretrizes, Bases da Educação, Lei 9394/96 e Resolução 114/19

## 1. OBJETIVOS PROPOSTOS:

- Estudar a Norma Legal Nacional e Institucional do IFMA que ampara os discentes com deficiência;
- Refletir sobre as diretrizes da Norma Legal para a materialização de práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.

## 2. DESCRIÇÃO DO ENCONTRO

No terceiro Ciclo de Estudo, que compreendeu a fase 3 da pesquisa, houve a continuidade do estudo do marco legal que apoia a educação inclusiva nacional e institucional no âmbito do IFMA. O estudo foi realizado no auditório do Campus Imperatriz, a base legal foi orientada pela Constituição Federal, LBI nº 13.146/2015, LDBEN e Resolução 114/19. Foi mediado pela dinâmica de grupo denominada "mesa redonda", conduzida por dois professores do Campus Imperatriz e a pesquisadora

deste trabalho. A dinâmica incluiu a exposição de slides e debates, levando em consideração os aspectos pedagógicos e estruturais do IFMA Campus Imperatriz. Os objetivos desse encontro consistiram em compreender as leis e regras que apoiam a educação inclusiva e avaliar os obstáculos pedagógicos e estruturais que dificultam a entrada, permanência e qualidade no ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, os debates e reflexões sobre a Lei 13.146/2015 e o texto constitucional abordaram os seis tipos de barreiras que podem ser vinculadas à vida das PcD: barreiras urbanísticas, existentes em vias e espaços de uso coletivo; as barreiras arquitetônicas, encontradas em edifícios; aquelas presentes nos meios de transporte; as de comunicação e informação; barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social das PcD em igualdade de condições e oportunidades com outras pessoas.

À luz da Resolução institucional 114/2019, capítulo X, que trata da Educação Especial, foram analisados os entraves pedagógicos, que fortalecem as barreiras atitudinais quando os direitos previstos não são resguardados, tais como: uso de tecnologias assistivas que deem suporte a aprendizagem, avaliações diferenciadas e tempo estendido para



sua realização, material adaptado, planejamento específico, dentre outros. Considerando que:

**Para superar as barreiras e favorecer a acessibilidade metodológica, é necessário que haja “Inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e familiar” (CRPG, 2012, p. 1).**

Segundo Sassaki (2010), para que a inclusão ocorra, a sociedade deve realizar pequenas e grandes mudanças no ambiente e nos processos humanos (atitudes e normas). Nessa intenção, o interesse principal nesse Ciclo de Estudos foi identificado pela necessidade de superar barreiras atitudinais e comportamentais, conduta em relação à educação, que abrange tanto aspectos teóricos quanto práticos mais abrangentes da participação. Por meio de ajustes e mudanças, os professores puderam analisar as habilidades e competências requeridas para uma abordagem educacional inclusiva. Como resultado, o ciclo de estudos promoveu uma discussão mais ampla na escola, ao ouvir diretamente as pessoas envolvidas no processo de ensino dos alunos e compreender sua visão sobre as propostas apresentadas. Acerca dessas discussões os professores argumentaram:

**Na educação encontro muitas barreiras na comunicação, a exemplo: Os desafios que tenho diante de conteúdos abstratos, pois não disponho de material adaptado para assistir os discentes com deficiência, tenho que criar o que não existe, por outro lado, essa ação muda toda a dinâmica que já estou acostumado de passar o que estar no livro didático, isso vai de encontro com as limitações da minha formação que não contemplou orientações com didática voltada para PcD, junto a tudo isso, há ainda a responsabilidade e cobrança que recai sobre o professor com a aprendizagem desses alunos (Pp1).**

**Sinto-me desafiado e sobrecarregado não pelo trabalho com os discentes com deficiência, mas por minha inexperiência na realização desse trabalho, pela primeira vez estou ministrando aula para um aluno cego no PROEJA, que apesar de este ser muito participativo, propositivo, carismático e receptivo às aulas, contudo, estou tendo dificuldade com as ferramentas, instrumentos adequados para preparar o material escrito adequado para a leitura, e essa organização demanda muito tempo, está sendo um desafio produzir o material para o aluno, junto a isso há sobrecarga do planejamento para os demais alunos (Pp3).**



Diante dos argumentos, percebe-se na fala dos participantes a fragilidade na formação inicial, no que se refere à ausência de metodologia e didática para a inclusão, acompanhada de outros entraves como: cronograma apertado, ausência de material adaptado, de aparato de tecnologia assistiva que alcance a aprendizagem da PcD. Destacando assim, alguns entraves para a materialização da norma legal na prática docente.

### REGISTRO FOTOGRÁFICO DO 3º CICLO DE ESTUDOS



Fonte: Pesquisa de Campo



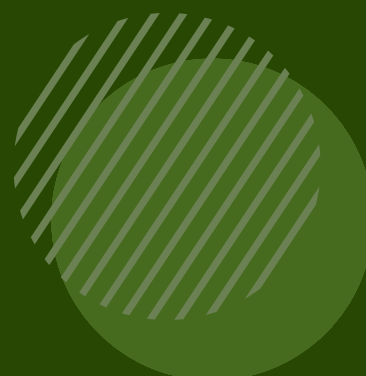
Fonte: Pesquisa de Campo

---

### 3. CONCLUSÃO

Durante esse encontro, as discussões e reflexões possibilitaram aos educadores uma melhor compreensão das legislações que amparam as PcD, bem como uma análise dos desafios educacionais enfrentados que dificultam a inclusão no ambiente escolar. Foi citada a complexidade na adequação do conteúdo pedagógico e na escassez de recursos de tecnologia assistiva apropriados para atender as demandas dos estudantes.

Dessa forma, a fim de avaliar a efetividade das estratégias educacionais, propostas nos direcionamentos, no meio escolar, para estabelecer um ambiente receptivo e participativo, que colabore para uma jornada acadêmica e profissional exitosa, a reunião foi concluída, atingindo deste modo os objetivos planejados.





## RELATOS DA ABORDAGEM 3

---

# 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS



# 4º CICLO DE ESTUDOS – Materialização das normas legais (Diálogo e interação)

**Local:** Fábrica de Inovação – IFMA  
Campus Imperatriz

**Tema:** Práticas Pedagógicas  
Inclusivas

**Fundamentação:** LBI, Lei n.º  
12.764/2012 que institui a Política  
Nacional de Proteção dos Direitos da  
Pessoa com Transtorno do Espectro  
Autista e nos autores Mantoan  
(2003), López (2012), Clarisse  
Nunes e Isabel Madureira (2015).

## 1. OBJETIVOS PROPOSTOS:

- Estudar sobre as práticas pedagógicas inclusivas que estão inseridas nas Resoluções Institucionais;
- Refletir sobre como as práticas pedagógicas inclusivas podem ser sistematizadas nos conteúdos ministrados pelos docentes;
- Criar Trilhas de Aprendizagem do conteúdo trabalhado pelos docentes em sala de aula a partir de peças 3D STEAM do Museu Meker.

## 2. DESCRIÇÃO DO ENCONTRO

O quarto Ciclo de Estudo foi realizado na Fábrica de Inovação do IFMA Campus Imperatriz, seguindo a fase 3 da síntese dos encontros realizados teve como objetivos: investigar as práticas pedagógicas inclusivas que estão inseridas nas Resoluções Institucionais; refletir como as práticas pedagógicas inclusivas são sistematizadas nos conteúdos ministrados pelos docentes participantes dos ciclos de estudos; Criar

Trilhas de aprendizagem do conteúdo trabalhado pelos docentes em sala de aula a partir de peças 3D STEAM do Museu Meker.

Nessa intenção, o encontro foi desenvolvido no formato de oficina, realizada dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2023, promovida pelo IFMA Campus Imperatriz. Os professores participantes fizeram sua inscrição na oficina.

O tema desenvolvido na oficina seguiu o cronograma proposto na pesquisa, abordou a temática: “Práticas Pedagógicas Inclusivas,” e foi exposto pela autora da pesquisa juntamente com os professores convidados que atuam na EPT no IFMA Campus Imperatriz. No estudo foram trabalhados conceitos básicos de práticas pedagógicas inclusivas, características dos sujeitos envolvidos nesse processo, bem como os desafios e possibilidades da ação docente no movimento escolar de inclusão, fundamentado na LBI, Lei n.º 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Resolução 114/2019 e nos autores Mantoan (2003), López (2012), Clarisse Nunes e Isabel Madureira (2015).

Logo após a apresentação da temática foi realizada uma dinâmica que consistiu na apresentação de um vídeo



intitulado o “Ponto” de Peter Reynolds (2005). Na sequência foram propostos os seguintes questionamentos: 1 – Quais caminhos a professora utilizou para mudar a postura desmotivada da aluna e despertar o interesse pela aprendizagem? 2 – Quais os princípios presentes na atitude da educadora, que podem ser considerados essenciais em práticas pedagógicas inclusivas?

Assim destacamos duas contribuições:

**Está sendo muito rica a troca de experiências, tudo o que tenho aprendido nos estudos tem contribuído para mudar a minha prática de sala de aula, percebo que é necessário aprender sobre a didática da sensibilidade, é essencial uma mobilização interna de cada um para fazer o atendimento humanizado dos discentes. (Pp7)**  
**Compreendo que a aula inclusiva não é exclusiva para o PcD, mas é uma aula melhorada que alcança todos os discentes. (Pp8)**

Durante a mediação procuramos compreender a prática docente na perspectiva da educação inclusiva e pensar na possibilidade de ressignificar esta ação para a torná-la acessível a todos os envolvidos. O encontro proporcionou também a oportunidade de analisar e refletir sobre as práticas pedagógicas de conforme as normas legais e institucionais

e sua implementação, na prática docente.

A escolha do espaço da Fábrica de Inovação para a realização do estudo considerou que este ambiente abriga o Museu Maker (Vieira et al. 2023) do IFMA Campus Imperatriz, que possui uma impressora 3D STEAM e produz peças que podem ser utilizadas como recursos educacionais em sala de aula. Nessa perspectiva, o espaço foi apresentado aos docentes como um recurso educativo, visto que abriga um significativo acervo de peças.

Assim, os participantes da pesquisa foram divididos em grupo e cada grupo teve o desafio de criar uma trilha de aprendizagem utilizando às peças 3D STEAM, as trilhas deveriam estar relacionadas aos conteúdos que estavam trabalhando em sala de aula, após a formação da trilha deveriam explicar o conteúdo empregando o recurso. Foram criadas as seguintes trilhas: Trilha de biologia – para os conteúdos de citologia e paleontologia; trilhas de história - para o conteúdo de cultura indígena; trilha de química para o conteúdo de átomos.

Frente à tarefa, nota-se que adquirir conhecimento ultrapassa a simples transmissão e troca de dados no método tradicional de ensino em sala de aula. É preciso pensar na elaboração de percursos de aprendizagem individualizados e embarcar em viagens

mentais autoguiadas diante dos desafios enfrentados ao longo do processo de aprendizado.

Segue o registro das trilhas de aprendizagem formadas pelos docentes:

**FIGURA 4 - FORMAÇÃO DE TRILHAS DE APRENDIZAGEM**



**FONTE: PESQUISA DE CAMPO, 2023**

Considerando as diretrizes de aprendizagem propostas, os professores reuniram-se para discutir os conteúdos relevantes de suas respectivas áreas de atuação. Em seguida, após a análise das atividades, foi promovida uma discussão em grupo com o intuito de explorar maneiras de promover a inclusão na sala de aula. Abaixo estão algumas das sugestões apresentadas:

**Percebo que as peças 3D podem ser uma possibilidade de recurso, irei usá-las nas minhas aulas com toda a turma, as peças poderão contribuir para facilitar a aprendizagem dos alunos em conteúdos mais abstratos, a trilha é um caminho didático pedagógico, tenho uma turma com um aluno cego, o recurso será positivo para a ação pedagógica com ele (Pp3).**

**É necessário acreditar que os alunos com deficiência têm condições de aprender, que o professor precisa dar condições de aprendizagem e precisa se importar com a condição desse aluno.**




Buscamos, igualmente, estabelecer um diálogo com os docentes sobre o tema da inclusão em seu aspecto afetivo, promovendo debates sobre um acolhimento mais humanizado. Nesse contexto, um docente fez a seguinte colaboração:

**É imprescindível conhecer a forma de se comunicar com as pessoas com deficiência para não excluir, às vezes nos fechamos para elas pelo simples fato de não sabermos nos comunicar, que precisamos aprender a conviver com o outro, compreender que todos têm um espaço no mundo, precisamos construir possibilidades para que eles tenham acesso da mesma forma que os demais (Pp6).**

### **DINÂMICA: VÍDEO O “PONTO” DE PETER REYNOLDS (2005)**



[https://www.youtube.com/watch?v=TdTfu4\\_jdfY](https://www.youtube.com/watch?v=TdTfu4_jdfY)



1. Quais caminhos a professora utilizou para mudar a postura desmotivada da aluna e despertar o interesse pela aprendizagem?

2. Quais são princípios presentes na atitude da educadora, que podem ser considerados essenciais em práticas pedagógicas inclusivas?

HISTÓRIA INFANTIL DE PETER REYNOLDS (2005), "O PONTO"

### **3. CONCLUSÃO**

Ao término desse encontro, tornou-se evidente que, mesmo enfrentando obstáculos na área educacional, a maioria dos professores está empenhada em implementar técnicas de ensino que favoreçam a inclusão. Eles demonstraram uma atitude construtiva ao buscar aquisição de novos conhecimentos e se sentir motivados a inovar em suas práticas visando atender o aluno da maneira mais adequada possível. A conduta e postura dos educadores participantes foram consideradas satisfatórias, uma vez que estão alinhadas com as temáticas discutidas nos estudos realizados.



## RELATOS DA ABORDAGEM 3

# 3ª FASE DA PESQUISA-AÇÃO - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS

# 5º CICLO DE ESTUDOS – Sistematização do Produto Educativo (Diálogo e interação)

**Local:** Sala do NAPNE – IFMA  
Campus Imperatriz

**Tema:** Materialização do Produto

**Fundamentação:** LBI, Lei n.º 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e nos autores Mantoan (2003), López (2012), Clarisse Nunes e Isabel Madureira (2015).

## 1. OBJETIVOS PROPOSTOS:

- Estruturar o E-book em cooperação com os docentes do IFMA Campus Imperatriz;
- Avaliar os Ciclos de Estudos na EPT, Produto Educativo proposto na pesquisa.

## 2. DESCRIÇÃO DO ENCONTRO

O quinto Ciclo de Estudo contou com dois objetivos: estruturar as seções do E-book em cooperação com os docentes do IFMA Campus Imperatriz; avaliar os Ciclos de Estudos, Produto Educativo proposto na pesquisa. Inicialmente os participantes foram acolhidos e em seguida ocorreu uma análise sobre as pesquisas e interações feitas, com base nos dados

obtidos no questionário inicial aplicado aos professores no início do projeto. Durante esse encontro, os professores juntos definiram a estrutura do E-book, que seria a representação da intervenção educativa dos Ciclos de Estudos. Foi feita uma troca de ideias mediada pela pesquisadora, onde foram sugeridos: a apresentação da metodologia empregada, a sequência didática dos estudos, os regulamentos abordados, orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas com sugestões de como mediar a ação pedagógica com alunos com deficiência. Todas as sugestões foram registradas e levadas em consideração para a materialização do produto educativo.

No segundo momento do encontro houve a avaliação dos Ciclos de Estudos na EPT, primeiro produto educativo desta pesquisa, que será considerada mais adiante. Este E-book Ciclos de Estudos na EPT, consiste no segundo Produto Educativo desenvolvido, foi apresentado em uma reunião subsequente, tendo o objetivo de manter a discussão sobre a inclusão no IFMA Campus Imperatriz de forma contínua.



---

### 3. CONCLUSÃO

Diante das ações propostas para este encontro percebe-se que os objetivos foram alcançados, porquanto evidenciou-se por meio do diálogo entre os envolvidos, em um processo dinâmico que permitiu resgatar experiências com a pretensão de superar limitações e dificuldades abordadas no decorrer da formação, as contribuições fortaleceram a intervenção realizada.



# 4

# SEÇÃO

**MATERIAIS COMPLEMENTARES  
PARA APROPRIAÇÃO DO  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**



Levando em conta as sugestões destacadas, pelos docentes, dos assuntos abordados neste livro digital, entendemos que a variedade de recursos disponíveis sobre o tema é vasta. Contudo, é fundamental que saibamos escolhê-los com base em dados científicos comprovados. Os recursos indicados, nesta seção, podem contribuir para aprimorar e expandir sua compreensão em relação ao acompanhamento dos estudantes com deficiência.

## SUGESTÕES DE LEITURA



Cartilha da Inclusão Escolar	
Índice	
<b>1. Introdução</b>	<b>7</b>
A necessidade de mudança de paradigmas	7
Objetivos	7
Os primeiros passos e desafios	8
Uma escola não-excludente	8
<b>2. Cartilha da Inclusão Escolar, um trabalho de muitas mãos</b>	<b>9</b>
A Comunidade Aprende Círculo	9
A elaboração da Cartilha da Inclusão Escolar	11
Instituições apoiadoras	12
<b>3. Um Projeto de Escola Inclusiva</b>	<b>13</b>
Componentes	13
Avaliação	13
Planejar	13
Organizar	14
Capacitar	14
Implementar	14
Monitorar	14
Aprimorar	14
<b>4. Recomendações</b>	<b>16</b>
Recomendações Gerais	16
Recomendações Específicas	18
Deficiência Intelectual	18
Deficiência Auditiva	19
Deficiência Visual	19
Deficiência Motora	21
Transtorno do Espectro Autista	22
Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade	23
Disslexia	25
Discalculia	27
Dysgrafia	27
Talento e Superdotação	29
<b>5. Princípios e Práticas em Neurociência da Educação</b>	<b>31</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>36</b>

Nessa Cartilha o leitor encontrará os fundamentos teóricos e históricos da Inclusão no Brasil, juntamente com uma abordagem didática sobre as principais deficiências e transtorno. Serão apresentadas diversas orientações de como integrar essas pessoas na estrutura institucional e com um Projeto de Escola Inclusiva, que se dedica à elaboração, gestão, treinamento e acompanhamento de todos os participantes.

**A cartilha está disponível no seguinte link:**



**[Cartilha da Inclusão Escolar – ABD | Associação Brasileira de Dislexia](#)**



## SUGESTÕES DE LEITURA



Em parceria com o Ministério da Saúde, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disponibiliza a cartilha “Combata o capacitismo”, lançada em 2023 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O material traz orientações de forma clara e objetiva, com o intuito de auxiliar a população do Brasil no combate ao preconceito.

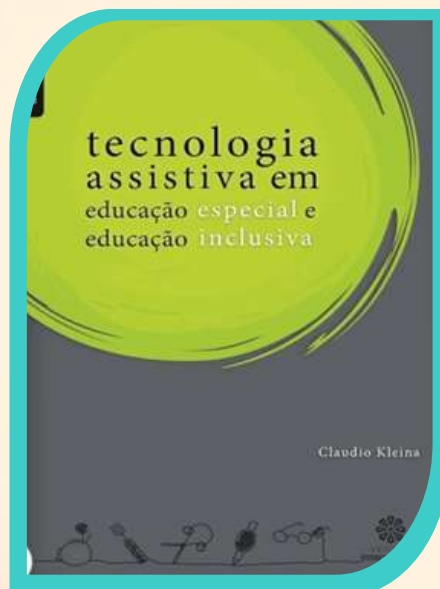
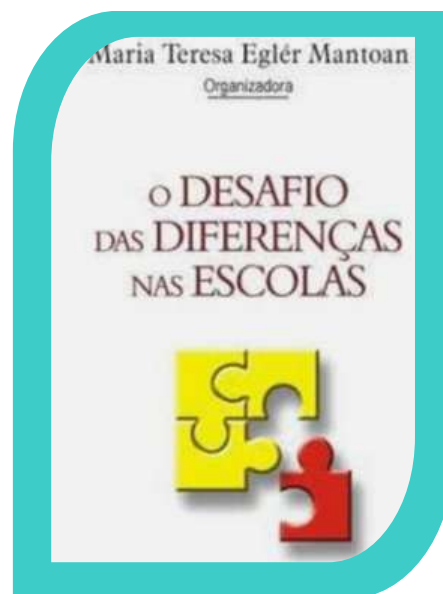
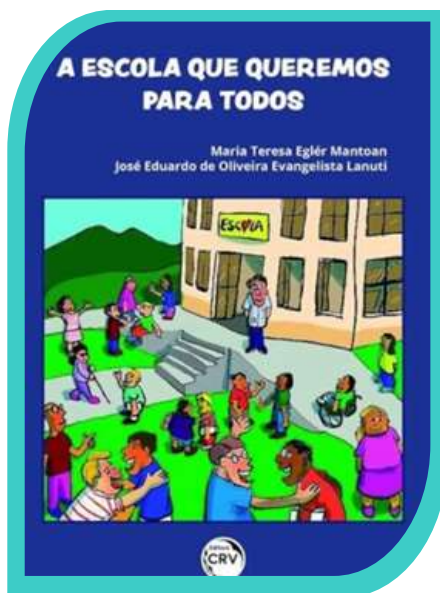
A cartilha está disponível no seguinte link:



[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia\\_Capacitismo\\_03\\_11\\_23.pdf/view](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia_Capacitismo_03_11_23.pdf/view)



# Dicas DE LIVROS



# LEGISLAÇÃO

## DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ALICERÇAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### LEGISLAÇÕES, DECRETOS E PORTARIAS FEDERAIS.



**Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.



**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



**Lei Federal nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.



**Lei Federal nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.



**Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

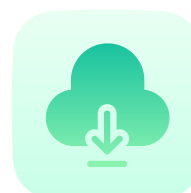




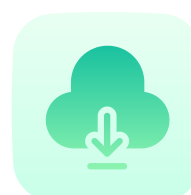
**Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.



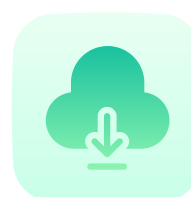
**Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.



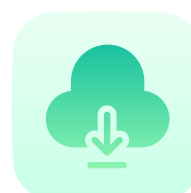
**Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.



**Lei Federal nº 10.048,** de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.



**Portaria Normativa Federal nº 18,** de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.



**Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

# AS POLÍTICAS

## DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PROPOSTAS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFMA



**Resolução nº 80 de setembro de 2011.** Altera, ad referendum do Conselho Superior, as normas de acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, em que destina 5% das vagas em cada curso para pessoas com deficiência.



**Resolução nº 077, de 12 de setembro de 2013.** Aprova regulamento para concessão de Auxílio Financeiro ao discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão para participar em atividades técnico-científicas.



**Resolução nº 014, de 28 de março de 2014.** Aprova as normas gerais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.



**Norma Brasileira Regulamentadora – NBR 9050-2015.** Disciplina as normas para acessibilidade e edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos.



**Resolução nº 015, de 27 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para o funcionamento dos NAPNEs no IFMA, disciplinando sua natureza, finalidade, competências, composição e atribuições.



**Resolução nº 113, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre os valores de Auxílios Financeiros concedidos pelo programa de Assistência ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.



**Resolução nº 114, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre o regulamento da Política de Assistência ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.



**Resolução nº 035 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Institucionalização da Política de Ações Afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.



**Resolução nº 060, de 18 de junho de 2019.** Estabelece as Normas de Acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e à Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.



**Resolução nº 114, de 10 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre as Normas de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem para Cursos Técnicos nas formas Integrada, Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, na oferta Presencial e na Modalidade de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.



**Resolução nº 147 de 2022 de 11 de julho de 2022.** Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).



**Resolução nº 86 de 14 de junho de 2023.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)



**Projeto Pedagógico Institucional IFMA 2019-2023**



5

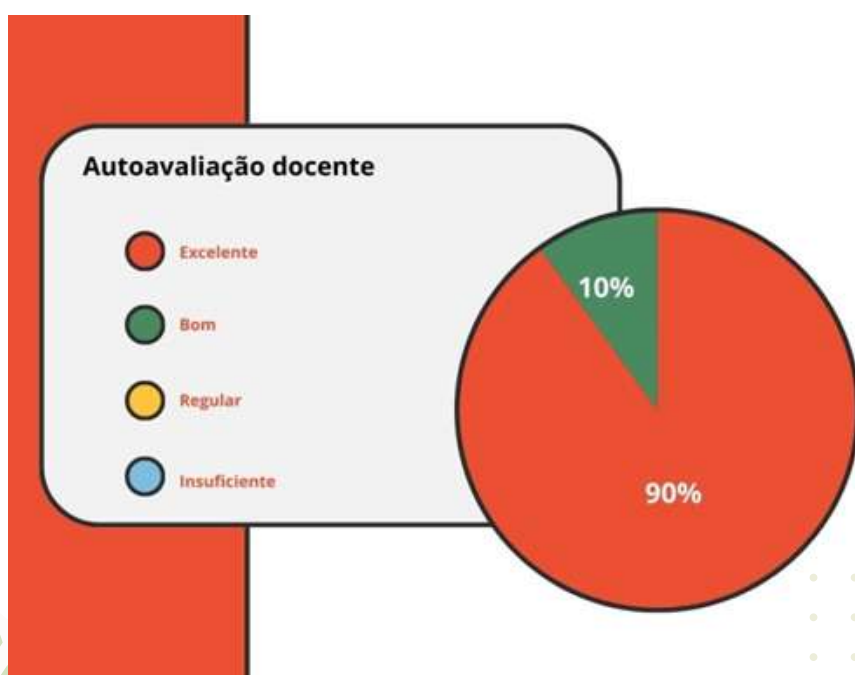
SEÇÃO

AVALIAÇÃO DO PRODUTO

O quinto Ciclo de Estudo consistiu na fase 4. Nesse encontro foi realizada a análise da intervenção educativa dos Ciclos de Estudos. Como já mencionado a avaliação foi realizada ao longo de toda a intervenção, com um foco especial na conexão entre a teoria e a prática. Dessa forma, o grupo de pesquisa examinou e avaliou a intervenção, comparando os objetivos estabelecidos no início com as ações realizadas (Chisté 2016). A conclusão deste estudo foi feita por meio de uma ficha de avaliação dos Ciclos de Estudos (Anexo 1). Esta ficha foi dividida em três partes: a) a autoavaliação dos estudantes; b) a avaliação da qualidade da prática educativa; e c) a avaliação da pesquisadora (interventora).

Selecionamos, dentre os elementos listados no questionário, em relação a esses tópicos, o que consideramos mais relevante e capaz de nos fornecer uma visão mais clara de como a intervenção foi percebida pelos docentes. Apesar de haver um total de 11 docentes que participaram da intervenção, apenas 10 responderam ao questionário. O Gráfico 1 a seguir mostra a autoavaliação dos docentes quanto ao seguinte questionamento: Como você avalia a contribuição dos estudos realizados sobre educação inclusiva para o seu desenvolvimento profissional e contínuo?

**GRÁFICO 1 – AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE**



Fonte: Sistematização das respostas obtidas pela ficha de avaliação da intervenção pedagógica

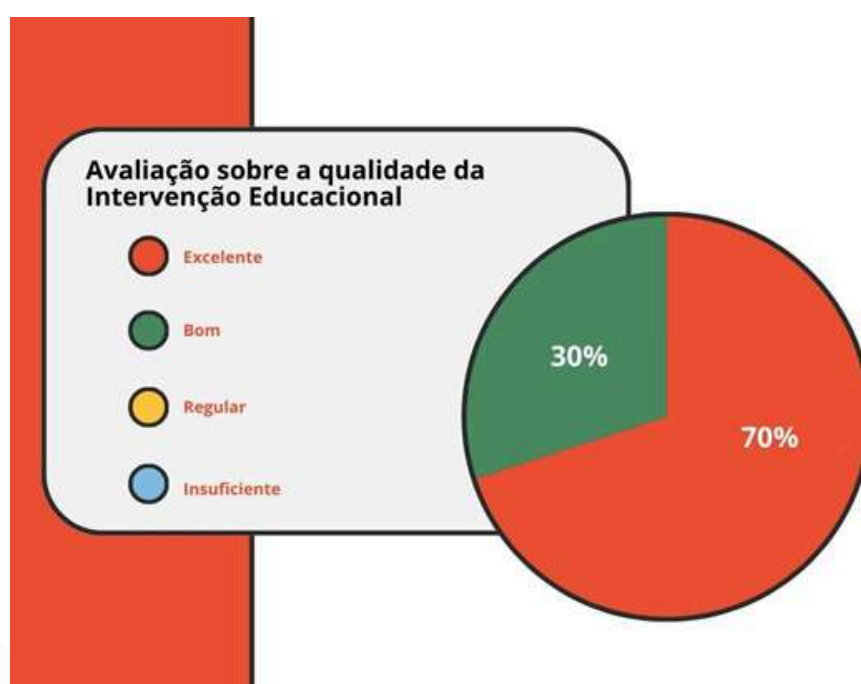
Conforme o Gráfico 1 a totalidade dos docentes declarou que a experiência educacional oferecida a eles teve impacto positivo em seu crescimento, no campo profissional, e em seu aprendizado contínuo. Isso se deve ao fato de que todos avaliaram a experiência de forma favorável. Nesse sentido, houve as seguintes contribuições:

A pesquisa realizada mostrou a importância do processo de conhecimento sobre as práticas inclusivas na educação de PcD. Parabenizo e agradeço o espaço de construção da proposta (Pp1).

Todos os encontros foram organizados primando à participação de todos os envolvidos. As temáticas trabalhadas, os recursos utilizados, bem como a comunicação entre os participantes foi extremamente valiosa. Sugiro que em 2024 possamos ter encontros formativos para fazermos um paralelo entre os estudos, as reflexões, e as nossas práticas pedagógicas. Penso que as aprendizagens mais significativas aconteceram a partir da escuta sensível, das trocas entre os participantes e do desejo em aprender (Pp2).

Sobre a qualidade da intervenção educacional desenvolvida com os docentes, por meio dos Ciclos de Estudos, os participantes da pesquisa puderam avaliar se a intervenção educacional contribuiu para a mediação no ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência. As respostas obtidas foram sistematizadas e estão demonstradas no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 2 – AVALIAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA INTERVENÇÃO EDUCACIONAL**



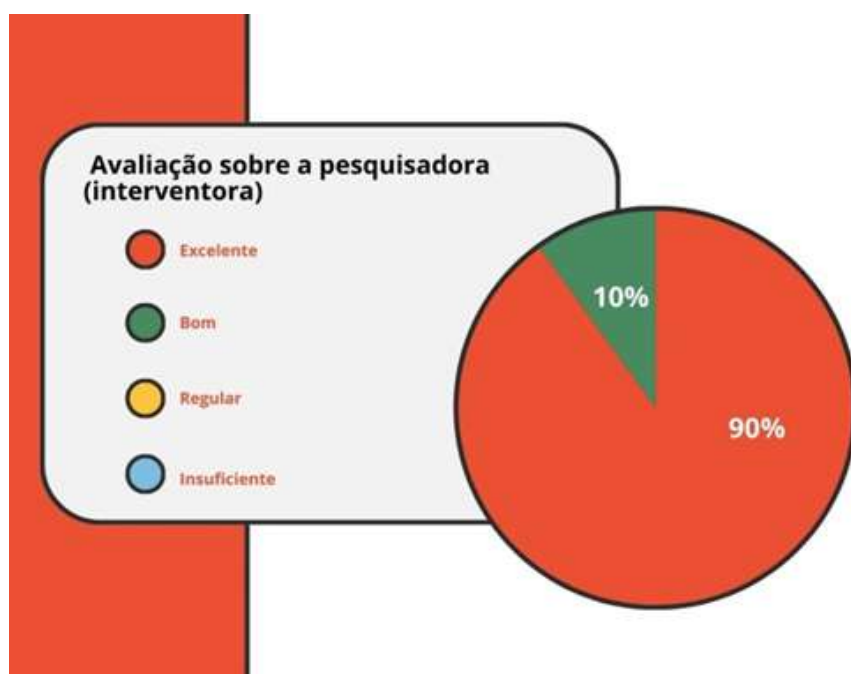
Fonte: Sistematização das respostas obtidas pela ficha de avaliação da intervenção pedagógica



Os dados do Gráfico 2 mostram, de maneira favorável, que os docentes avaliaram que a intervenção educacional teve um papel importante para a mediação do ensino e aprendizagem com alunos com deficiência. É relevante destacar que em relação ao tempo dedicado aos estudos, 50% dos participantes considerou bom e a outra metade regular, indicando o interesse na dedicação de tempo para a formação continuada.

Também procuramos explorar a opinião dos docentes sobre a pesquisadora (interventora) em relação à maneira como conduziu os Ciclos de Estudos. Abaixo está o gráfico que demonstra as respostas que recebemos:

**GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO SOBRE A PESQUISADORA (INTERVENTORA)**



Fonte: Sistematização das respostas obtidas pela ficha de avaliação da intervenção pedagógica

Conforme evidenciado no gráfico verifica-se que os docentes avaliaram de forma positiva a atuação da mediadora em relação ao aprimoramento da prática educacional efetuada junto a eles.

A educação concebida como um Direito de todos é fundamental para o desenvolvimento humano, econômico e social. A inclusão de pessoas com deficiência no processo educacional é uma questão de direitos humanos e justiça social. Nesse processo é essencial que as políticas e práticas educacionais sejam projetadas e implementadas para garantir que todos os alunos possam exercer plenamente seu direito à educação. Isso inclui a provisão de apoio adequado, adaptações razoáveis e um ambiente de aprendizagem acessível e inclusivo.

Durante a realização dos Ciclos de Estudos, contatamos a importância da formação continuada, para os docentes. como espaço de diálogo, partilha de conhecimento, experiência e inquietações. Pois, quando não obtém uma preparação inicial apropriada, acaba por refletir em suas atividades profissionais, gerando um custo adicional para as adaptações necessárias, o que poderia ser evitado antecipadamente se fosse proporcionada uma formação inicial adequada que promovesse sua capacidade de aprendizagem contínua.

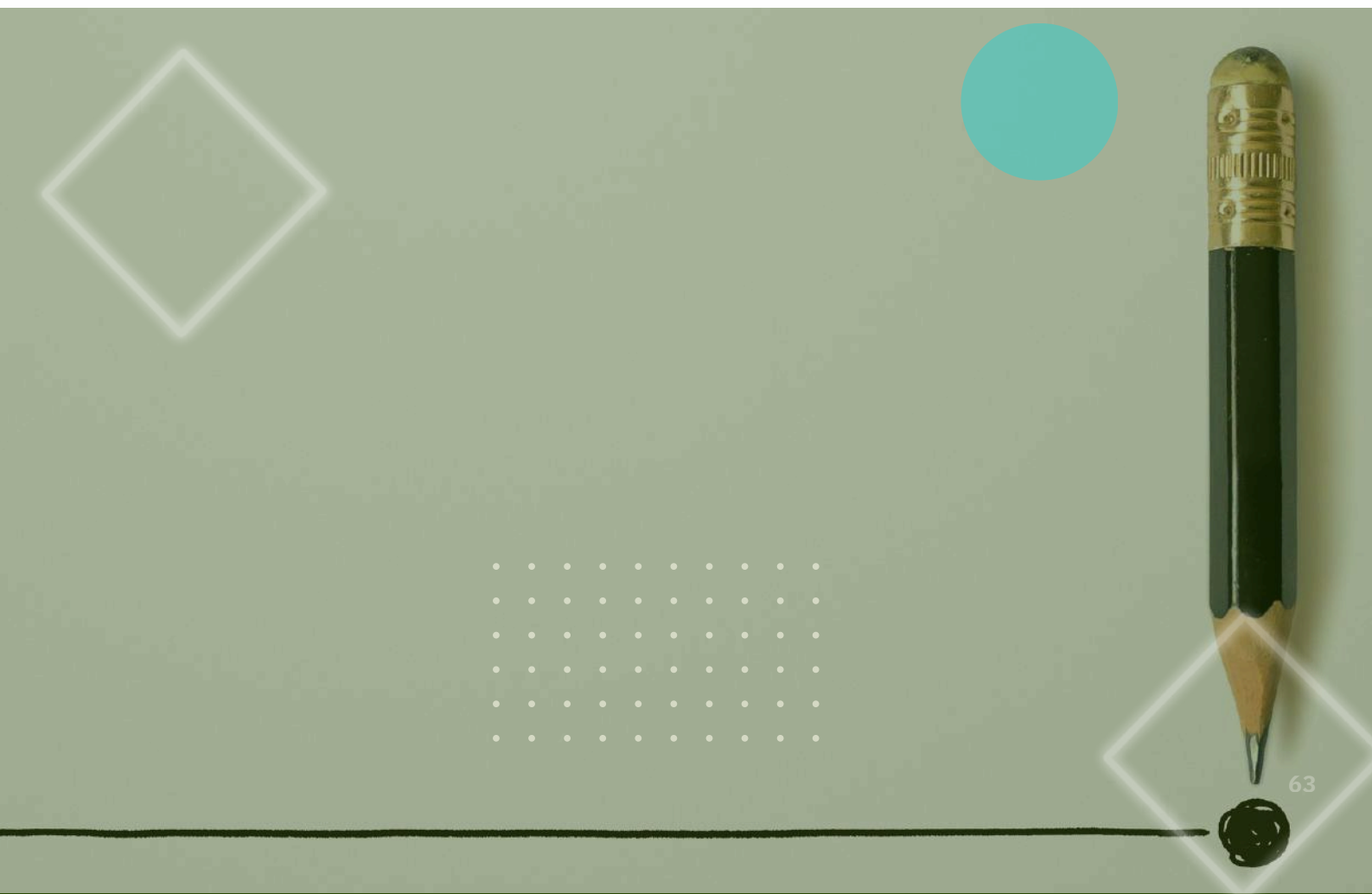
---

Na abordagem dos estudos voltados para a legislação que assegura os direitos das PcD e das práticas escolares inclusivas, mediada pelo diálogo e a cooperação entre os participantes, possibilitando a produção deste material. Percebemos que os docentes acolheram bem a proposta de intervenção educativa, pois aceitaram a proposição das atividades e participaram ativamente das mesmas.

No entanto, os estudos também mostraram que as estratégias governamentais dos Institutos Federais, estão em processo de construção de uma política de inclusão. A institucionalização dos NAPNEs ocorreu somente em 2012, e a reserva de vagas para pessoas com deficiência em suas ofertas educacionais só foi garantida a partir de 2017. Esses marcos no tempo evidenciam um desenvolvimento tardio e desigual na implementação de políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência. É perceptível que, na atualidade, a efetivação da inclusão escolar se configura como um campo de lutas e conquistas, assim como o estabelecimento de seu direito.

Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que incentivem a capacitação constante dos professores na área da educação inclusiva, a fim de fomentar novas discussões e, conseqüentemente, garantir a inclusão de qualidade dos alunos com deficiência nas escolas.

---





ANTUNES, Katiuscia C. Vargas. **Exclusão e inclusão: dois lados da mesma moeda.** v. 2, nº 3, jan. /jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/3.Artigo-D2.Katiuscia.pdf>. Acesso em: 5 março de 2023.


BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 15 de ago.de 2022.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea.** Síntese do texto discutido como os participantes do Seminário Nacional de Formação – MST, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes em março de 2005. Disponível em: <http://www.formeja.org.br/files/Programa%205.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.



CHISTÉ, Priscila de Souza. **Pesquisa-ação em mestrados profissionais:** análise de pesquisas de um programa de pós-graduação em ensino de ciências e matemática. Ciência e Educação. Bauru, v. 22, n. 3, p. 789-808, 2016.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA – CRPG. **O conceito de acessibilidade.** Última atualização: 10-08-2012. Disponível em: <http://www.crbg.pt/estudosProjectos/temasreferencia/acessibilidades/Paginas/oqueeaaccessibilidade.aspx>. Acesso em: 5 março de 2023.

GARCIA, E. **O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade.** Revista Forense. Rio de Janeiro, vol. 383, p. 83-112, 2008.

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa Colaborativa:** investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro Editora. 2008. v. 1.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Conselho Superior. **Resolução nº 014, de 28 de março de 2014.** Aprova as normas Gerais da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. 2014. Disponível em: Acessado em: 20 de jun. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 15, de 27 de fevereiro de 2015.** Aprova o regulamento que disciplina os procedimentos para o funcionamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em: [https://timon.ifma.edu.br/wpcontent/uploads/sites/22/2015/05/20.-Regulamentacao\\_do\\_Nucleo\\_de\\_Atendimento\\_as\\_Pessoas\\_com\\_Necessidades\\_Especificas-2.pdf](https://timon.ifma.edu.br/wpcontent/uploads/sites/22/2015/05/20.-Regulamentacao_do_Nucleo_de_Atendimento_as_Pessoas_com_Necessidades_Especificas-2.pdf). Acesso em 25 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 114, de 26 de junho de 2017.** Disponível em: [https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/114\\_Conselho\\_Superior\\_REIT-Altera-064.2015.pdf](https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/114_Conselho_Superior_REIT-Altera-064.2015.pdf). Acesso em 23 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 035 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Institucionalização da Política de Ações Afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=13511>. Acesso em 04 de setembro de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 86 de 14 de junho de 2023.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=16908>. Acesso em 24 de jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 147 de 2022 de 11 de julho de 2022.** Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=1587>. Acesso em 24 de jul. 2022.

LÓPEZ, J. L. (2012). **Facilitadores de la inclusión.** Revista Educación Inclusiva, 5(1), 175-187.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** (Coleção cotidiano escolar). São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva.** In: GAIO, Roberta; MENEGUETTI, Rosa G. K. Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO MARANHÃO. **MPF/MA requer judicialmente que IFMA cumpra dever de tornar os campi mais acessíveis.** São Luís, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-ma-requer-judicialmente-que-ifma-cumpra-dever-de-tornar-os-campi-mais-acessiveis>. Acesso em 10 jun. 2022.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 035 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Institucionalização da Política de Ações Afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=13511>. Acesso em 04 de setembro de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 86 de 14 de junho de 2023.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=16908>. Acesso em 24 de jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA. **Resolução nº 147 de 2022 de 11 de julho de 2022.** Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=1587>. Acesso em 24 de jul. 2022.

LÓPEZ, J. L. (2012). **Facilitadores de la inclusión.** Revista Educación Inclusiva, 5(1), 175-187.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? (Coleção cotidiano escolar). São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva.** In: GAIO, Roberta; MENEGUETTI, Rosa G. K. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003

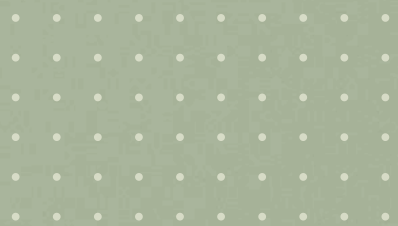
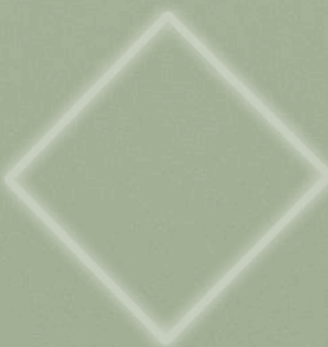
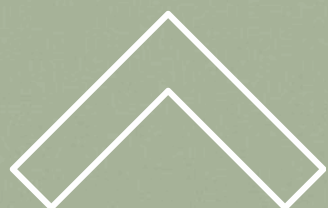
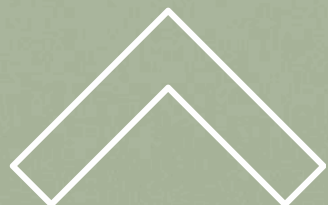
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO MARANHÃO. **MPF/MA requer judicialmente que IFMA cumpra dever de tornar os campi mais acessíveis.** São Luís, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-ma-requer-judicialmente-que-ifma-cumpra-dever-de-tornar-os-campi-mais-acessiveis>. Acesso em 10 jun. 2022.

NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

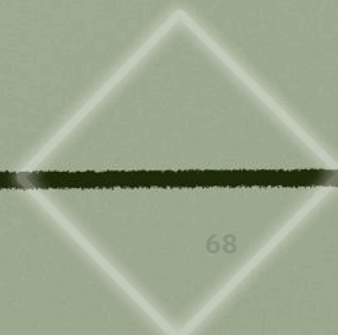
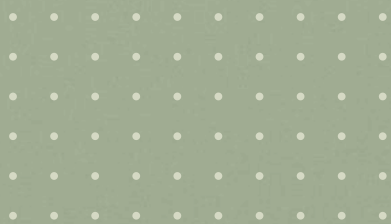
NUNES, Clarice, MADUREIRA, Isabel. **Desenho Universal para a Aprendizagem:** Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, 5(2), 126 – 143. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REYNOLDS, Peter H. **O ponto.** São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2019.



# ANEXO



## Ficha de avaliação da intervenção educativa

Caro professor,

Você deverá ler criteriosamente os aspectos descritos abaixo que possuem relação com os Ciclos de Estudos realizados. Após refletir sobre as questões, assinalar com um “X” a coluna conforme o conceito atribuído por você. No quadro perfil do docente, por gentileza preencher as informações corretamente.

### 1 - Perfil do docente

Docente EMI Sim( ) Não ( )	
Idade:	Sexo:

### 2 Autoavaliação docente

**Legenda: E – Excelente, B – Bom, R – Regular, I – Insuficiente**

Encontros Realizados	Eixos/Critérios avaliados	Perguntas	Conceito atribuído			
			E	B	R	I
1º Ciclo de Estudo – Apresentação dos Ciclos de Estudos	Entendimento acerca das Políticas Públicas Inclusivas, conhecer o perfil dos docentes participantes da Intervenção Educacional proposta, propiciar a interação e cooperação entre os participantes diante dos Ciclos de Estudos apresentados.	Competência	Como você avalia sua compreensão acerca da Educação Inclusiva para sua atuação profissional?			
2º Ciclo de Estudo - Planejamento das atividades - Estudo das normas legal e institucional (Diálogo e interação)	Planejamento das atividades de forma colaborativa realizadas nos Ciclos de Estudos;  Sensibilizar os participantes com a proposta de educação inclusiva a partir da necessidade de conhecer as normas legais que amparam os discentes com deficiência.  Estudo da Temática: <b>Educação Inclusiva um Direito de todos</b>	Formação	Como você avalia a contribuição dos Ciclos de Estudos realizados sobre Educação Inclusiva para o seu desenvolvimento profissional e contínuo?			
3º Ciclo de Estudo – Estudo das normas legal e institucional – (Diálogo e interação)	Compreensão das normas legal, nacional e institucional do IFMA que ampara os discentes com deficiência;  Estudo das barreiras que limitam a acessibilidade das PcD, fundamentação: Constituição Federal de 1988; Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15; Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96.  Refletir sobre as diretrizes da Norma Legal para a materialização de práticas pedagógicas	Formação	Como você avalia a sua compreensão sobre as barreiras que limitam a acessibilidade das PcD?			
	inclusivas em sala de aula;					
4º Ciclo de Estudo - Práticas Pedagógicas Inclusivas	Analisar as práticas pedagógicas inclusivas presentes nas diretrizes institucionais.  Reflexão acerca da utilização e organização de práticas pedagógicas inclusivas nos conteúdos de sala de aula dos professores participantes do ciclo de estudos.	Formação	Como você avalia sua compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas?			
5º Ciclo de Estudos - Participação colaborativa na seleção dos conteúdos para estruturar o E-book Ciclos de Estudos na EPT: na perspectiva de práticas pedagógicas inclusivas	Estruturar os conteúdos do E-book Ciclos de Estudos na EPT: na perspectiva de práticas pedagógicas inclusiva, em cooperação com os docentes do IFMA Campus Imperatriz. Materializar as ações desenvolvidas nos Ciclos de Estudos em no E-book.	Formação Habilidade	Como você avalia sua contribuição na construção do e-book interativo?			



### 3 – Avaliação sobre a qualidade da Intervenção Educativa (Ciclos de Estudos)

**Legenda: E – Excelente, B – Bom/Boa, R – Regular, I – Insuficiente**

Eixos/Critérios avaliados		Perguntas	Conceito atribuído			
			E	B	R	I
3.1 A qualidade das rodas de conversa realizadas nos Ciclos de Estudos para a sua formação profissional.	Qualidade	Como você avalia a qualidade das rodas de conversa para a sua formação profissional?				
3.2 Coerência dos estudos propostos para inclusão dos discentes com deficiência em sala de aula.	Coerência	Como você avalia a coerência das atividades propostas nos Ciclos de Estudos em relação à inclusão dos discentes com deficiência em sala de aula?				
3.3 Adequação do tempo para o desenvolvimento dos Ciclos de Estudos.	Adequação	Como você avalia a adequação do tempo durante a realização dos estudos realizados?				
3.4 Contribuição para a reflexão sobre a utilização de práticas pedagógicas inclusivas no âmbito escolar da EPT.	Contribuição	Como você avalia a contribuição da intervenção realizada na perspectiva de favorecer reflexão para a utilização de práticas pedagógicas inclusivas no âmbito escolar?				
3.5 Contribuição dos Ciclos de Estudos para a mediação no ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência.	Desempenho	Como você avalia a contribuição dos Ciclos de Estudos para a mediação no ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência?				

### 4 – Avaliação sobre a pesquisadora (interventora)

**Legenda: E – Excelente, B – Bom/Boa, R – Regular, I – Insuficiente**

Eixos/Critérios avaliados		Perguntas	Conceito atribuído			
			E	B	R	I
4.1 Conhecimento, domínio e confiança sobre o assunto compartilhado.	Conhecimento	Apresentou conhecimento, domínio e confiança para mediar o conteúdo estudado?				
4.2 Apresentou o conteúdo ministrado com coerência.	Coerência.	A pesquisadora expôs os conteúdos com clareza em sua explanação?				
4.3 Uso da linguagem adequada ao tratar dos assuntos e atividades.	Coesão.	Como você avalia a forma de comunicação e informação durante a intervenção educativa usada pela pesquisadora? Ela empregou a linguagem de maneira eficaz, facilitando a compreensão do tema?				
4.4 Apresentação dos objetivos da intervenção pedagógica de maneira transparente, detalhamento da execução das atividades, a fim de garantir que os professores compreendessem plenamente a razão por trás da intervenção.	Saberes.	Como você avalia a pesquisadora, ela conseguiu ser precisa na apresentação dos propósitos da intervenção educativa e no que seria abordado nas atividades, de modo que os professores compreendessem o motivo da intervenção?				
4.5 Devolutivas às dúvidas que surgiam no decorrer das atividades ministradas.	Habilidade.	Foi responsiva às dúvidas que surgiam no decorrer das atividades ministradas?				
4.6 Uso de materiais adequados e de qualidade durante a intervenção.	Recursos.	Como você avalia a qualidade dos materiais usados pela pesquisadora durante o Ciclo de Estudos, como slides?				
4.8 Comportamento equilibrado que contribui para as melhores ações nos momentos mais oportunos e de dificuldade.	Qualidade.	Como você avalia a ação assertiva da pesquisadora durante a intervenção no momento que você apresentou alguma dificuldade?				
4.9 A organização de situações de aprendizagem e o envolvimento dos docentes nas atividades, a partir da motivação e empatia da pesquisadora.	Competência	Como você avalia a organização de situações de aprendizagem e o envolvimento dos participantes nas atividades a partir da motivação e empatia da pesquisadora?				

### 5 – Comentários e sugestões

#### 5.1 Use esse espaço para expor os seus comentários e sugestões:

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



## Verbena Vieira Ribeiro de Sousa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – (PROFEPT – IFPA). Graduada em Pedagogia (UEMA). Graduada em Direito (UNISULMA). Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública (UFMA), Administração e Supervisão Escolar (FIA-SP), Direito de Família e Sucessão (FAMEESP). Já atuou como Coordenadora Pedagógica e docente na Educação Básica, no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Atualmente é Técnico Administrativo em Educação, função Pedagoga, no Instituto Federal do Maranhão – IFMA Campus Imperatriz e Advogada.

**Contato:** [verbenavrs@gmail.com](mailto:verbenavrs@gmail.com)

**Lattes:**

<https://lattes.cnpq.br/0023572757973940>

## Ana Maria Leite Lobato

Doutora e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Licenciada Plena em educação Artística pela Universidade Federal do Pará (1990). É Especialista em Arte Educação/PUC - MG; Especialista em História e Historiografia da Amazônia pela UNIFAP. Especialista em Educação (IFPA). Graduada em Pedagogia (UNIP). Licenciada Plena em Educação Artística, com habilitação em Artes Plásticas e História da Arte. Atualmente, é professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - ativo permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Plásticas. Professora Titular do IFPA.

**Contato:** [leão.jr@uol.com](mailto:leão.jr@uol.com).

**Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/9495816553531888>

